

**A APLICAÇÃO DA PSICOLOGIA NO CAMPO DA DIPLOMACIA PARA
GERENCIAMENTO DE CRISES NAS NEGOCIAÇÕES DE ACORDOS,
CONVENÇÕES E TRATADOS**

**THE APPLICATION OF PSYCHOLOGY IN THE FIELD OF DIPLOMACY FOR
CRISIS MANAGEMENT IN THE NEGOTIATIONS OF AGREEMENTS,
CONVENTIONS AND TREATIES**

Autores

Amanda Laurentino Rocha

Fernanda Maria Rocha Oliveira de Lima

Kerolayne Stefane da Silva

Maria Gabriela Costa Ribeiro

Marcus Vinícius Lencina Monteiro

Vanessa Gomes da Costa

Wandson Idelfonso de Lima

Yana Thamires Mendes Felix.

RESUMO

O presente trabalho trata a despeito da aplicação da Psicologia no campo da Diplomacia para o gerenciamento de crises. A ideia de desenvolver esse artigo teve como objetivo a necessidade de compreender as relações existentes entre os países. A metodologia empregada foi a análise bibliográfica, na qual se realizaram consultas a artigos científicos escolhidos através de pesquisa nos bancos de dados do Scielo e Google Acadêmico, que tratavam acerca da Diplomacia, da Psicologia e do Gerenciamento de Crises. Aqui se buscou entender como as áreas da Psicologia Social e da Psicologia Política colaboram para a aplicação da diplomacia, assim como do gerenciamento de conflitos. Desta forma, considera-se importante que os contextos social, cultural, econômico e político findam por influenciar as relações entre os povos, bem como essa influência pode auxiliar ou não no gerenciamento de crises. Assim sendo, buscou-se trabalhar com conceitos da Psicologia Social e da Psicologia Política como percepção social, natureza humana, mudança de atitudes, papéis sociais e relações políticas no uso da diplomacia para o gerenciamento de conflitos.

Palavras-Chave: diplomacia, gerenciamento de crises, psicologia política, psicologia social.

Keywords: diplomacy, crisis management, political psychology, social psychology.

1. INTRODUÇÃO

A ideia de desenvolver um artigo tendo como elemento central "A aplicação da Psicologia no campo da diplomacia para gerenciamento de crises nas negociações de acordos, convenções e tratados" tem como objetivo entender como as relações entre os países se desenvolvem e para isso se utiliza das metodologias da Psicologia Social e da Psicologia Política na compreensão dessas relações, almejando assim a possibilidade da ocorrência do gerenciamento de crises por meio da diplomacia.

Na diplomacia, a Psicologia é amplamente necessária e utilizada. Um exemplo muito bom dessa aplicação é o próprio Brasil e suas políticas externas. O Brasil, no uso da sua soberania, realiza negócios com vários países pelo mundo, porém nem todos eles apresentam boas relações entre si, deste modo, se envolver com certos países pode significar romper com outros. Diante desses rompimentos e ainda assim, da necessidade de manter relações, surge a figura da diplomacia como gerenciadora de conflitos, que se interessa basicamente em promover o bem-estar entre as nações, utilizando-se dos aspectos sociais e culturais destas.

É importante ressaltar que as bases sociais, culturais e institucionais de um povo representam as condições necessárias para a realização de políticas externas entre as nações e consequentemente na concretização de gerenciamento de crises, caso esse venha a ocorrer. Na ocorrência de conflitos entre as nações, encontramos como forma de solucioná-los, o gerenciamento de crises. Tal instrumento se apresenta como uma configuração adequada e sensata de intervenção objetivando realizar acordos políticos benéficos para ambas as partes e possíveis tratados e convenções.

No uso de tais práticas se faz necessário levar em consideração a diplomacia, visto que exerce um importante papel promovendo os interesses das nações nas suas necessidades de negociações econômicas, obtenção de informações, promoção de interesses sociais e culturais e proteção dos nacionais. Nessa relação entre diplomacia e gerenciamento de crises é preciso observar o papel da Psicologia Social e da Psicologia Política. Em ambos os campos se consegue perceber a aplicação de alguns conceitos que são colocados em prática nessa atuação

e devem ser considerados para uma prática excelente do gerenciamento de conflitos como percepção social, natureza humana, mudança de atitudes, papéis sociais e relações políticas.

Por fim, é de suma importância ressaltar que esses campos da Psicologia, por trabalharem com a diversidade humana, acabam por influenciar nas motivações humanas e no processo de tomada de decisões, o que possibilita, com o auxílio da diplomacia, o gerenciamento de conflitos e a probabilidade de realização de acordos, assim como convenções e tratados.

2. O CARÁTER SOCIAL E CULTURAL DA DIPLOMACIA

Podemos definir diplomacia como sendo a ciência que se interessa em estudar as relações e o interesse das nações, umas com as outras. A diplomacia, desde sua era mais remota, se configura como um importante aparelho de promoção dos interesses dos Estados, se consolidando como um instrumento relevante de elevação do bem-estar por meio da resolução de desordens e controvérsias nas relações internacionais, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento das atividades comerciais, principal objeto da proteção diplomática.

É importante esclarecer que a diplomacia teve sua origem atrelada aos registros da escrita ainda em épocas antigas, quando se necessitava estabelecer as relações entre distintas cidades e fixar os limites de suas fronteiras, bem como negociar produtos de subsistência. Com o passar do tempo as práticas realizadas pelos diferentes povos no tocante às relações entre eles acabaram por consolidar o Direito Diplomático, o que gerou uma codificação do Direito Internacional no século XX na Convenção de Viena, acerca das relações diplomáticas.

Pode-se frisar que o uso da diplomacia como um mecanismo de política externa contribui para o reconhecimento dos Estados por meio do estabelecimento de intercâmbio entre os países, objetivando aproximar esses atores, bem como promovendo vantagens em acordos, tratados e convenções. Na seara da diplomacia é sabido o quanto as condições culturais e sociais de um povo representam um importante papel na realização de políticas externas com a finalidade de se abrir caminhos para as relações internacionais.

As condutas fixadas pela diplomacia são oriundas das bases culturais, sociais e institucionais do seu povo, em seu senso geral de se representar com suas especificidades e características peculiares, logo se pode apontar que:

“(...) a identidade marcada pelo sentimento de especificidade e que tende a aceitar a especificidade do outro, sendo regida, portanto, não pela ideia de influenciar, mas pela de compartilhar, e que deve levar ao que poderíamos chamar de encontros iguais, ao respeito pelo outro, à construção comum, à combinação de legitimidades e não à imposições unilaterais” (Fonseca Júnior, 1998, p. 269).

Diante do exposto, pode-se perceber que a existência de políticas externas pacíficas é fruto da evolução social e cultural de uma população considerada amistosa e não da política estatutária, burocrática e auto representativa do Estado, visto que não leva em consideração a base social de seu povo, que seria a semente germinadora do sentimento nacional.

3. GERENCIAMENTO DE CRISES

O gerenciamento de crises, também conhecido por gerenciamento de conflitos, diz respeito às atividades voltadas para obtenção de soluções sustentáveis que proporcionem ganhos para as partes envolvidas ou que ponham fim ao uso de violência, sem ter como requisito básico o tratamento das causas subjacentes a esse conflito. De outra forma, pode-se afirmar que o gerenciamento de crises é a arte de intervir, de forma adequada e sensata, com o objetivo de garantir acordos políticos benéficos e conseqüentemente, a criação de possíveis tratados e convenções.

A diplomacia desempenha um relevante papel no fortalecimento de mecanismos pacíficos de solução de controvérsias e gerenciamento de crises, exercendo sua clássica função de promover os interesses dos Estados no tocante à busca de negociações econômicas, obtenção de informações, promoção de interesses culturais e sociais, bem como proteção dos nacionais com outros Estados. Nesse contexto de solução de conflitos por meio da diplomacia, entra em cena a Psicologia Social como área da Psicologia que estuda as relações entre os indivíduos, como eles pensam e se influenciam entre si, ajudando de maneira exponencial nas situações de gerenciamento de crises.

No entanto, o uso da Psicologia Social no gerenciamento de conflitos não é tarefa fácil. Por esse motivo é preciso recorrer a conceitos e ideias-chave, como: percepção social, natureza humana, mudança de atitudes, papéis sociais e contrato social. E para isso, será levado em consideração as visões do filósofo inglês Thomas Hobbes e do suíço Jean-Jacques Rousseau.

Para Hobbes, em sua obra *Leviatã* (1651), o ser humano possui como condição natural um caráter obscuro que o impele à busca do atendimento de seus desejos de qualquer maneira, a qualquer preço, de forma violenta e egoísta. Esse importante filósofo também afirma que os homens não tiram prazer algum da companhia uns dos outros quando não existe uma força capaz de mantê-los em respeito, pois cada um pretende que seu companheiro lhe atribua o mesmo valor que ele atribui a si próprio. Dessa forma, visando o reconhecimento, a busca pela preservação da vida e a realização daquilo que desejam, os homens geram uma luta de todos contra todos. Logo têm-se as célebres citações: “O homem é o lobo do homem” e “se dois homens desejam a mesma coisa [...] eles se tornam inimigos”. Em virtude disso, é perceptível que a igualdade entre os homens gera ambição, descontentamento e guerra, tudo isso pelo interesse individual em detrimento do interesse coletivo.

De acordo com esse pensamento, a paz somente seria possível quando todos concordassem em renunciar a liberdade que têm sobre si mesmos. Para isso, seria necessário a criação de contratos e pactos possíveis apontando ser o Estado o resultado do “pacto” feito entre os homens para que, simultaneamente, todos abdicuem de seu estado de natureza, consentindo a concentração desse poder nas mãos de um governante soberano. Com isso, tornando assim necessária a criação artificial da sociedade política administrada pelo Estado, estabelecendo-se uma ordem moral para a brutalidade social primitiva.

Em oposição a desnaturalização das relações sociais descritas por Hobbes, o filósofo suíço Rousseau parte do princípio de que todos sofrem influências do meio em que vivem e que um indivíduo é como é devido a características que já nasceram com ele e outras que foram adquiridas a partir da interação com outros indivíduos. O mesmo defende que o homem, em seu mais puro estado de natureza, é bom e livre, assim como o convívio em sociedade faz com que ele desista dos seus instintos e busque a razão. Desse modo o homem perde sua liberdade natural. Ficando desprovido dessa liberdade, busca no pacto social a liberdade civil.

Levando em consideração o pensamento de Rousseau e o analisando como um defensor da liberdade do homem, se percebe que o importante é entender que o poder soberano vem do povo, o fazendo protagonista na criação do Pacto Social. Portanto, pode-se dizer então que o povo só será livre quando estiver em condições de elaborar um pacto social capaz de dar a todos condições de igualdade, o que dá ênfase a famosa ideia de que:

“Em estado de natureza, o homem viveria uma vida isolada dos demais, plenamente livre e feliz. O indivíduo seria o "bom selvagem" inocente e incapaz de praticar o mal, como os outros animais. Pois, o *homem* é produto do meio e do tempo em que vive, sendo assim, o homem nasce bom porém a sociedade o corrompe" (Rousseau, 1792, p. 23).

Partindo deste caminho, finalmente se chega à Psicologia Social enquanto ciência e com princípios e metodologias que podem ajudar no gerenciamento de crises. Segundo o Núcleo Paulista de Psicologia Aplicada pode-se definir a Psicologia Social como um ramo da Psicologia que entrelaça diretrizes da psicologia tradicional às ideias da Sociologia.

A Psicologia Social objetiva estudar o comportamento de grupos, no entanto, nem sempre esse comportamento é medido somente pela linguagem verbal, já que existem padrões de atitudes e pensamentos que atuam diretamente na percepção social de cada um. Logo, é a partir de uma ótica própria, sujeita a uma análise e interpretação do comportamento das pessoas, tendo como base - ponto de referência - as próprias crenças, valores e até mesmo preconceitos, que são oriundos da interiorização de ideias com raízes em experiências de vida, como também conhecimentos culturais e institucionais mutáveis ou não, e de acordo com a sociedade e com o tempo em que os sujeitos estão inseridos que se tem essa percepção de comportamento e consequentemente de mudança de atitude.

As mudanças de atitudes podem ser positivas, negativas, neutras ou inexistentes, como também podem ser lentas e graduais ou rápidas e instantâneas. As mudanças de atitudes lentas e graduais partem da moldura, pilar estrutural de uma sociedade, por meio da educação e da discussão a fim de posterior interiorização do sentimento de dever moral. Já as rápidas e instantâneas ocorrem por meio da ação da força de lei do Estado na forma de legislação de caráter compulsório, punitivo-sancionatório/monetário ou punitivo-criminal, visando posterior interiorização do sentimento de dever ético.

Como última abordagem da Psicologia Social que acaba sendo influência no gerenciamento de conflitos têm-se os papéis sociais que são uma forma de comportamento pré-estabelecidos para indivíduos que ocupam determinadas posições na sociedade em que estão inseridos, regidos dentro de instituições sociais. São exemplos de instituições sociais a família, a escola, a igreja, o trabalho e o Estado.

Diante de toda essa contextualização, pode-se observar o quão complexo e inconstante é o ser humano e sua relação com outros indivíduos e com a sociedade na qual está inserido. No entanto, tudo isso toma proporções inimagináveis quando se tenta comparar sociedades diferentes, de lugares diferentes ao redor do mundo. Ao se perceber essa diferença, é perceptível também que fatos e ações comuns para um grupo podem não ser bem aceitos ou até mesmo vistos de maneira estranha ou grosseira pelos outros. Dessa maneira torna-se vital para contornar situações críticas entre as relações tanto de indivíduos entre si, quanto de nações soberanas entre elas, levando em consideração todos os aspectos levantados pela Psicologia Social, evitando ou gerenciando possíveis conflitos, ainda mais em casos de negociações de acordos, convenções e tratados para que cada um consiga atingir ao máximo seus objetivos e saciar seus interesses de forma pacífica.

4. A PSICOLOGIA POLÍTICA NO GERENCIAMENTO DE CRISES

De acordo com a Sociedade Brasileira de Psicologia, por meio de Juliana Ledur Stucky da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em seu texto “A Psicologia Política no Brasil”, quando cita Jost e Sidanius (2012) diz que:

“A Psicologia Política é um campo dedicado a compreender a política, os políticos e os comportamentos políticos a partir da perspectiva psicológica. Trata-se de um campo interdisciplinar capaz de aproximar teorias e metodologias da psicologia, ciências políticas, antropologia, sociologia, economia, história, filosofia, e assim produzir uma ciência ampla, onde ela produz dados a partir de pesquisas quantitativas e estatísticas, com estudos longitudinais de tendência de voto e também, da perspectiva qualitativa, quando analisa discursos de presidentes de nações, tendo como base diversos acontecimentos políticos e históricos: [foco na personalidade e a cultura, assim como suas origens; temas centrais que inclinam-se para atitudes e comportamentos ligados à criação e/ou aceitação de ideologias e a tomada de decisão de acordo com interesses]” (Stucky, 2019, parágrafo 1).

Como se pode ver, de acordo com o que foi supracitado a Psicologia Política é um campo vasto onde irá procurar manejos científicos que possam trabalhar os fenômenos que compreendem as relações políticas, não só de forma micro mas também considerando as relações sociais e culturais daquela nação, levando-se em consideração suas especificidades. A Psicologia Política também foi compreendida como uma ciência de governo, um sentido político dado à Psicologia Social na tentativa de interpretar o cidadão dentro da cultura e da organização política.

Recentemente, com os acontecimentos políticos atuais como a corrupção sistêmica e endêmica, a divulgação maciça de *Fake News*, os embates entre conservadorismo e liberalismo, a Psicologia Política vem se expandindo e investindo em pesquisas que possam ajudar cada vez mais na compreensão da realidade dos indivíduos, condensando a trajetória histórica da psicologia e o contexto político com o estabelecimento de variados campos de pesquisa, inclusive com a aplicação de modelos internacionais adaptados. Com o intuito de unir a política e o comportamento social na tentativa de compreender o mundo político e as relações provenientes desses comportamentos, assim como trazer ensinamentos fundamentais para o desenvolvimento de novas teorias em, praticamente, todas as áreas da Psicologia e afins que possam direta ou indiretamente ser beneficiadas, é percebida a atuação da Psicologia Política, sendo o gerenciamento de crises um campo de atuação relevante nessa ciência.

São objetos de estudo da Psicologia Política os movimentos sociais, os comportamentos das massas, a participação e ação política, o autoritarismo, o comportamento político e a comunicação de massa, além da propaganda política e da liderança política. Vale salientar que a Psicologia Política muito tem a ver com a percepção social coletiva e as relações que dela decorrem, contemplando diversos aspectos como os econômicos, culturais e instrumentais, além de conceitos básicos para as relações entre os Estados e conseqüentemente para o gerenciamento de conflitos, assim como a aplicação da diplomacia enquanto atores, fins e instrumentos que configuram-se em áreas de análise das ações exercidas na política e seus impactos subjetivos e sociais, destarte ser o gerenciamento de crises um ponto a ser estudado e desenvolvido nessa abordagem psicopolítica.

Segundo Lacerda e Uhng (2017), a Psicologia Política não está relacionada apenas ao poder executivo ou ao Congresso Nacional. Ela se relaciona aos acontecimentos da cidade

“polis” ligados às relações de poder. Logo, a Psicologia Política também deve atingir o social e os fenômenos que nele habitam, e não se voltar apenas para suas práticas restritas acerca do exercício profissional. Pode-se citar, no tocante ao gerenciamento de crises, a importância da Psicologia Política para as relações entre os países. Dos anos 1930 a 1945, tratava-se do maior massacre já ocorrido no mundo: o Holocausto, no qual é considerado o maior exemplo de crise na vida de muitas pessoas, principalmente judeus. Também de outros países que sofreram pela união da Tríplice Aliança, que tinha o intuito de não corroborar com outros países, desta forma causando a Segunda Guerra Mundial.

O gerenciamento de crises é uma prática importante nas relações entre profissionais, países etc. Hodecker e Alves (2017) sugerem que o gerenciamento de crises é um método praticado para guiar, resolver ou prevenir eventos críticos de forma eficaz. Sendo essa uma prática que poderia gerar uma possibilidade de não ocorrerem catástrofes mundiais, possibilitando estratégias para evitar uma crise ou até estratégias para o manejo do problema. É provável, pelo que já foi mencionado, que muitos problemas até de ordem mundial poderiam ser evitados se houvessem mais investimentos em políticas de gerenciamentos de crises. Problemas como armamentos nucleares, fome, guerras, pragas, entre outros... poderiam, ao menos, oferecer um impacto menor caso os países tivessem uma diplomacia mais voltada para esse assunto. Recentemente o mundo inteiro foi (e ainda está sendo) vítima de uma pandemia de ordem assustadora. Milhões de pessoas morreram, segundo todos os noticiários. Será que muitas mortes poderiam ter sido evitadas, caso os governantes tivessem um foco maior no gerenciamento de crises?

Diante do exposto, fica claro que o gerenciamento de conflitos é um instrumento, uma forma de solucionar um problema que pode ser orientado, tanto pela Psicologia Social, quanto pela Psicologia Política, levando ao entendimento da sociedade de como essas respectivas áreas podem atuar, com o auxílio da diplomacia, na resolução desse problema e na realização de possíveis acordos, convenções e tratados.

5. MÉTODO

O presente artigo foi elaborado mediante uma revisão da literatura sobre os estudos acerca da diplomacia, do gerenciamento de crises, da Psicologia Social e da Psicologia Política, efetivada nos meses de setembro e outubro de 2020, no qual realizaram-se consultas a artigos científicos selecionados através de busca nos bancos de dados como o Scielo e o Google Acadêmico.

A pesquisa focou-se nos artigos dos últimos sete anos (2013-2020) e as palavras-chaves utilizadas na busca foram diplomacia, gerenciamento de crises, psicologia social e psicologia política. Os critérios de inclusão para os artigos encontrados foram estar vinculados ao tema Psicologia aplicada à diplomacia para gerenciamento de crises nas negociações de acordos, convenções e tratados, bem como as suas variáveis com publicação dentro dos últimos sete anos. Foram excluídos estudos que não estavam dentro do período estipulado.

Foram encontrados por volta de 4.180 artigos que discorriam sobre diplomacia e gerenciamento de crises, nas bases de dados consultadas, porém dentre os 4.180, apenas seis artigos se referiam especificamente a diplomacia e gerenciamento de crises nas negociações de acordos, convenções e tratados, nos quais foram utilizados como base para o presente estudo, segundo os critérios de inclusão. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada na literatura das áreas de estudo da Psicologia, Relações Internacionais e Direito.

As áreas de maior concentração de estudos foram a de Relações Internacionais e a de Direito, com artigos também encontrados em áreas multidisciplinares com interface na Política Externa.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Conforme informado no tópico anterior, o presente artigo constituiu-se de uma revisão da literatura que buscou estudar temas como diplomacia, gerenciamento de crises, psicologia social e psicologia política, objetivando o entendimento de como as áreas da Psicologia Social e da Psicologia Política podem contribuir na atuação da diplomacia, bem como no gerenciamento de crises.

Tal tema, infelizmente, não apresenta vasta bibliografia. Como citado anteriormente, foi realizada uma pesquisa acerca dos temas diplomacia, gerenciamento de crises, psicologia social

e psicologia política onde foram encontrados apenas seis artigos que tratavam especificamente sobre a diplomacia e o gerenciamento de conflitos nas negociações de acordos, convenções e tratados, que é o tema deste trabalho, o que dificultou bastante uma maior comparação dos pensamentos acerca do tema e conseqüentemente, a produção dos resultados.

Diante da análise dos artigos encontrados pode-se perceber que a ocorrência do gerenciamento de crises por meio da diplomacia muito tem a ver com questões pertinentes ao relacionamento entre os países, ou seja, como as bases sociais, culturais e institucionais desses povos, que, por serem diferentes, interferem na realização de políticas externas entre eles.

Em virtude dessas diferenças, necessário se faz a utilização dos conceitos estudados pela Psicologia Social, como o comportamento de grupos, crenças, valores, papéis sociais e preconceitos. Já pela Psicologia Política, as relações políticas, movimentos sociais, participação e ação política, autoritarismo, comportamento político e a comunicação de massa para melhor se compreender o emprego da diplomacia e do gerenciamento de crises.

Vale ressaltar que a diplomacia se configura como uma forma, um instrumento de promoção de equilíbrio entre as nações, que cria e eleva o bem-estar entre elas. Quando esse equilíbrio e bem-estar são quebrados ocorre a discordância entre essas nações, que independentemente de ser de caráter político, social ou cultural, requerem o uso do gerenciamento de conflitos. Diante desse contexto, pode-se perceber que a aplicação do gerenciamento de crises, para ser efetivo, tem que levar em consideração as orientações da Psicologia Social e da Psicologia Política, mas sobretudo, a atuação da diplomacia.

Logo, de forma simples porém não menos admirável, o que se quis revelar com a realização dessa revisão de literatura e a elaboração desse trabalho foi que o uso do gerenciamento de crises nas negociações de acordos, convenções e tratados depende de um bom emprego dos conceitos da Psicologia na aplicação da diplomacia.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta o que foi anteriormente mencionado, sabe-se que a aplicação do gerenciamento de crises por meio da diplomacia se utiliza dos conceitos e posicionamentos da Psicologia Social e da Psicologia Política. Tanto a Psicologia Social quanto a Psicologia Política

tratam de situações em que o comportamento humano em sociedade é levado em consideração. Dentro dessa perspectiva, aspectos sociais, políticos e culturais são deslumbrados, surgindo a necessidade de um relacionamento mais amplo, as relações entre as nações. Em virtude dessa necessidade de se relacionar e manter uma postura de equilíbrio e bem-estar, surge a diplomacia.

Ocorre que, tais relações externas podem ser marcadas por desentendimentos, geralmente decorrentes de diferenciações culturais, sociais e políticas. Diante desses desentendimentos, surge a necessidade do gerenciamento de crises, utensílio de negociação que objetiva a promoção de soluções sustentáveis que acomodem ganhos para as partes envolvidas ou que ponham fim a discordância sem o uso de violência.

No gerenciamento de crises tem a diplomacia, importante papel ao propiciar e fortalecer mecanismos de solução de controvérsias, gerando os interesses dos Estados em realizar negociações econômicas vantajosas para ambas as partes, obtenção de informações e compreensão do papel de cada nação, de forma isolada e em conjunto, promoção de interesses culturais, políticos e sociais, além da proteção dos nacionais com outras nações.

Deste modo, fica claro que a Psicologia Social e a Psicologia Política, com seus estudos sobre o homem e suas formas de se relacionar com o mundo, ajuda de forma direta na aplicação da diplomacia no gerenciamento de crises/conflitos nas negociações de acordos, convenções e tratados. Logo, é imprescindível que todos se conscientizem de que a prática de uma boa diplomacia, fundamentada nos estudos da Psicologia, gera consequências bastante positivas e proveitosas, pondo fim a inúmeras crises.

REFERÊNCIAS

- Accioly, Hildebrando. (2009). *Tratado de direito internacional público*. São Paulo, Quartier Latin.
- Azevedo, M. A., Menin, M. S. (Orgs.). (1995). *Psicologia e política: Reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro*. São Paulo: Cortez/FAPESP.
- Barracho, Carlos. (2011). *Psicologia Política*. Lisboa: Escolar Editora.
- Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola & Pasquino, Gianfranco. (2000). *Dicionário de Política*. 5ª edição, UNB.

Bueno, Elen; Freire, Marina & Oliveira, Victor. (2017). As origens históricas da diplomacia e a evolução do conceito de proteção diplomática dos nacionais. *Anuario mexicano de derecho internacional*. 17, 623-649. Recuperado em 18 de outubro de 2020, de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S187046542017000100623&lng=es&tlng=pt

Corrêa, Luiz Felipe. (2000). *Diplomacia e História: Política Externa e Identidade Nacional*. In *Política Externa*, 9(1), São Paulo, Ed. Paz e Terra, USP.

Corteze, M. A. (2018). *Psicologia Social: Qual é a sua importância. Núcleo Paulista de Psicologia Aplicada*.

da Motta, M. T. (1). Perspectivas interdisciplinares e internacionais no estudo da documentação diplomática: uma pesquisa exploratória. *Ciência Da Informação*. 15(2). Recuperado em 23 de outubro de 2020, de <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/232>

Fonseca Júnior, Gelson. (1998). *A Legitimidade e Outras Questões Internacionais: Poder e Ética entre as Nações*. São Paulo, Ed. Paz e Terra.

Hobsbawn, Eric. (2002). *Era dos Extremos: o breve século XX*. Tradução Marcos Santarrita, 2ª edição, 24ª reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras.

Hobsbawn, Eric. (2002). *Tempos Interessantes: uma vida no século XX*. Tradução S. Duarte, São Paulo, Companhia das Letras.

Hodecker, Alves. (2017). *Estratégia da Psicologia para o gerenciamento de crises*. Santa Catarina, *Revista de Departamento de Psicologia*.

Hobbes, Thomas. (1985). *Leviathan*. London: Penguin Books [1651].

Jost, J. T., Sidanius, J. (2004). *Political psychology: Key readings*. New York: Psychology Press.

Lampreia, Luiz Felipe. (1999). *Diplomacia: Palavras, Contextos e Razões*. Rio de Janeiro, Lacerda Editores.

Lacerda, Uhng. (2017). *Psicologia e Democracia: da Ditadura Civil-Militar às lutas pela democratização*. Goiás, *Psicologia, Ciência e Profissão*.

Lhullier, L. A. (1998). *Psicologia política*. Em M. N. Strey e cols. (Orgs.). *Psicologia social contemporânea*. pp. 207-218, Petrópolis: Vozes.

Magalhães, J. (1982). *Diplomacia Pura*. Lisboa, Associação Portuguesa para o Estudo das Relações Internacionais.

Prado, M. A. M. (2007). *Fronteiras negadas: contribuições da psicologia política para a compreensão das ações políticas*. Em C. Mayorga e M. A. M. Prado (Orgs.). *Psicologia social: Articulando saberes e fazeres*, pp. 99-111, Belo Horizonte: Autêntica.

Rousseau, Jean-Jacques. (2001). *Do Contrato Social [1792]* (e-book). São Paulo: Ridendo Castigat Mores. Tradução Rolando Roque da Silva. Recuperado em 20 de outubro de 2020, de <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>

Silva, A. S. (2012). A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. *Psicologia Política*, 12(25), 409-426.

Silva, A. S. (2012). *Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Tese (Livre-docência)*. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Stucky, L. J. (2019). A Psicologia Política no Brasil. Recuperado em 20 de outubro de 2020, de <https://www.sbponline.org.br/2019/04/a-psicologia-politica-no-brasil>